

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2023 - FESAÚDE

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 990.00.24326/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 26/10/2023

HORÁRIO: 10:00 h (Horário de Brasília)

SÍTIO EM QUE SERÁ REALIZADO: Portal de Compras do Governo Federal -
www.gov.br/compras/pt-br

E-MAIL: licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br

UASG: 927827

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI - FESAÚDE**, pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Lei n.º 3.133, de 13.04.15, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.906.284/0001-00, com sede na Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, torna público que, devidamente autorizada por seu Diretor Geral, na forma do disposto no processo administrativo n.º 990.00.24326/2023, fará realizar, **no dia 26 de outubro de 2023, às 10:00 horas**, na Diretoria de Administração e Finanças localizada em sua sede, licitação, para registro de preços, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme ANEXO I - Termo de Referência, que será regida pelo disposto nos Decretos n.º 10.024/2019 e 7892/2013, na Lei n.º 10.520/2002, supletivamente o Decreto Federal 10.024/2019, na Lei n.º 8.666/1993, na Lei Complementar n.º 123/2006 e, ainda, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br no dia e hora indicados no Item 4 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a

publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br, www.niteroi.rj.gov.br/2021/04/16/licitacao-fesaude e www.fesaude.niteroi.rj.gov.br/licitacoes podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, na Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, comprovado pela Diretoria de Administração e Finanças (DAF).

1.4 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, de 10:00 horas até 16:00 horas ou através do e-mail licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br.

1.4.1 Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, observado o disposto no item 1.1.

1.5 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Santa Clara, n.º 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, de 10:00 horas até 16:00 horas, ou, ainda, através do e-mail licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br.

1.6 Caberá ao Diretor Geral, bem como ao Diretor de Administração e Finanças, auxiliados pela Pregoeira, decidir sobre a impugnação, observado o prazo disposto no item 1.4.1.

1.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

1.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema Compras.Gov e vincularão os participantes e a administração.

2. OBJETO, ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS ADERENTES, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA

2.1 O objeto deste pregão é o registro de preços para a **aquisição de equipamento odontológicos**, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos dos módulos do médico de família, do município de Niterói, conforme as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 O órgão GERENCIADOR será a Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

2.3 Não existem órgãos PARTICIPANTES nesta licitação.

2.4 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência – Anexo I.

2.5 Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto ao quantitativo e ao prazo de entrega do objeto da aquisição, visando a adequada execução da Ata de Registro de Preços.

2.6 É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.7 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

3. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE ENTREGA

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato na Imprensa Oficial do Município.

3.2 As quantidades dos itens indicadas no Termo de Referência – Anexo I, consistem em mera estimativa e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

3.3 A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de recebimento da ordem de compra.

4. ABERTURA

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

4.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão à conta do Contrato de Gestão n.º 001/2020 da Fundação, assim classificadas em seu Código de Despesa: 08.02.02 - EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES.

6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

6.2 O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE para a pretensa contratação é de **R\$ R\$ 779.651,91** (setecentos e setenta e nove mil e seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos), sendo o valor máximo admitido para cada item consta no Anexo II deste Edital.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.1.1 Considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, os itens iguais ou abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) desta licitação não serão exclusivos para microempresa e empresa de pequeno porte, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

7.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

- a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

7.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

7.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

7.5 Não será permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade.

7.6 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da Lei Municipal nº 2849, de 18 de julho de 2011, deverá declarar, no momento de apresentação da sua proposta inserção de sua proposta junto ao Compras.Gov, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

7.7 Em caso de não atendimento do contido no subitem 7.6, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado.

7.8 O licitante deverá assinalar na página do Compras.Gov, em campo próprio do sistema informatizado, que cumpre os requisitos de habilitação, que a proposta está de acordo com as exigências previstas no instrumento convocatório e que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao Compras.Gov, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão.

8.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Compras.Gov, pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

8.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

8.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.5 O credenciamento do licitante junto ao Compras.Gov implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

9. CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS

9.1 Observado o disposto nos itens 7 e 8 deste Edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao Compras.Gov, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do Compras.Gov no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas.

9.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do Compras.Gov, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

9.4 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

10.2 A Proposta de Preços deverá ser inicialmente enviada exclusivamente por meio do Compras.Gov, em campo específico, a ser integralmente preenchido, inclusive com a indicação da marca e modelo do produto ofertado.

10.2.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.2.2 Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo “informações adicionais” (folders, prospectos, declarações etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

10.2.3 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

10.3 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

10.4 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

10.5 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

10.6 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão.

10.6.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do ÓRGÃO GERENCIADOR, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Compras.Gov, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

11.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO POR ITEM.

11.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

11.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real) para item abaixo ou igual a R\$ 2.000,00 (dois mil reais); e R\$ 10,00 (dez reais) para item a partir de R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavos).

11.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Compras.Gov poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.8 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do Compras.Gov, divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

11.9 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro.

11.10 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.

11.10.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, o sorteio público e automático pelo sistema será utilizado como critério de desempate.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o subitem 12.3.

12.1.1 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.

12.1.2 As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item, conforme apurados pela FeSaúde e consignados na Planilha Orçamentária, sob pena de desclassificação da proposta de preços, ainda que esta consigne o menor global do lote.

12.1.3 Ressaltamos que a Planilha Orçamentária anexo ao Edital possui as características básicas dos itens a serem licitados para facilitar sua identificação, devendo a(s) empresa(s) considerar(em) para o(s) valor(es) no momento da(s) proposta(s) e do(s) lance(s) as descrições completas constantes no decorrer do Termo de Referência.

12.2 O sistema informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 12.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

12.3 Havendo empate ficto no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

12.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

12.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.
- b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente na forma da alínea a, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.
- c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à mais bem classificada.

12.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço do certame.

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.5 Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido o melhor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.6 A negociação será realizada por meio de sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.7 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 1 (uma) hora, podendo ser prorrogado por mais 1 (uma) hora a pedido do licitante, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação da proposta.

12.8 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

12.9 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

13.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

13.1.1 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

13.1.2 A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

- a) os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

b) os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

13.2.1 Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea b, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.2.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

13.3 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 14 e 15, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do fornecedor, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

14. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA

14.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

14.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

14.3 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

14.3.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

14.3.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.2..1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2..2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.2..3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3.2..4 /No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

14.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

14.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.8 **Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:**

14.8.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

- a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 14.8.2** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 14.8.3** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 14.8.4** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 14.8.5** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 14.8.6** que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 14.8.7** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 14.8.8** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 14.9** O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além das declarações descritas no item 14.8, a Declaração de Idoneidade (Anexo VI), Declaração de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais (Anexo VII) e declaração de Optante do Simples (Anexo VIII), devidamente preenchidos, e os documentos de Habilitação no decorrer do Item 15.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos de habilitação mencionados no item 14.1 são os indicados nos itens a seguir:

15.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

15.3 REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA

15.3.1 Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.1.1) O licitante poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso,

certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

15.3.2 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

15.3.3 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

15.3.4 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

15.3.5 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

15.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.4.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

a.1) Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

15.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

15.6 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15.6.1 **As declarações que forem disponibilizadas pela internet, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.**

15.7 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

15.8 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 14, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua

habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.9 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira realizar diligências para sanar vícios formais, bem como, verificar a existência de documentos pré-existentes.

15.10 Documentos apresentados com a validade expirada, deverá o pregoeiro proceder na forma do subitem 15.10.

15.11 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sítio eletrônico oficial e hábil a conferência.

16. DAS AMOSTRAS

16.1 Não será exigido do LICITANTE classificado em primeiro lugar a apresentação de amostras do produto, contudo, deverá ser encaminhado, junto da proposta, o catálogo do produto.

17. RECURSOS

17.1 O interesse do licitante em interpor recurso deverá se manifestado, por meio do Compras.Gov, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo motivos. Na hipótese de ser aceito o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando desde logo os demais licitantes cientes e intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo, mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.

17.2 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 17.1.

17.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

17.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5 O pregoeiro, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão, ou, dirigir à autoridade superior as razões de recursos, as contrarrazões e a sua decisão final para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, decida o recurso.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE COMPETENTE. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE COMPETENTE adjudicará e homologará o procedimento.

18.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela AUTORIDADE COMPETENTE, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a lavratura da ata de registro de preços.

18.2.1 Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores e as condições a serem praticadas, conforme definido neste edital e no Anexo I – Termo de Referência.

18.3 Como condição para a lavratura da ata de registro de preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão assinalar na página do Compras.Gov, em campo próprio do sistema informatizado, que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

18.4 Na hipótese de não atendimento do item 18.3 poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

18.5 Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13.

18.6 Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.

18.7 Uma vez lavrada a Ata de Registro de Preços o ÓRGÃO GERENCIADOR estará apto a proceder aos procedimentos para as respectivas contratações.

18.8 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1 Dentre outras atribuições inerentes à licitação, cabe ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

19.1.1 gerenciar a ata de registro de preços;

19.1.2 realizar ampla pesquisa de preços semestralmente para aferir a compatibilidade de preços registrados com os efetivamente praticados;

19.1.3 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

19.1.4 publicar no Portal do Poder Executivo Municipal, os preços registrados e suas atualizações.

20. A CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR

20.1 A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

20.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR.

20.3 Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

20.4 A contratação realizada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.5 O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá verificar a manutenção das condições de habilitação e proceder à consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

20.6 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive os referentes à habilitação e às condições de participação.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 Os pagamentos serão realizados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de acordo com as contratações realizadas por ele.

21.2 O pagamento será realizado no valor correspondente itens entregues e nos valores consignados na proposta comercial da Contratada.

21.3 Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, mediante crédito em conta corrente da contratada em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

21.3.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante boleto bancário ou crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse

caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

21.4 O prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

21.5 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

21.6 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura ou nota fiscal por culpa do CONTRATADO, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

21.8 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela FeSaúde na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

21.9 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

21.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

21.11 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor da Fundação Estatal de Saúde de Niterói, CNPJ n.º 34.906.284/0001-00, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Santa Clara, 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050.

21.12 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser encaminhada para pagamento, no período de 01 a 24 de cada mês, à Diretoria de Administração e Finanças da FeSaúde, situada à Rua Santa Clara, 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, ou através do e-mail: contratos@fesaude.niteroi.rj.gov.br, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) serviço fornecido, acompanhada do comprovante de recolhimento de FGTS e INSS, bem como atendimento de todos os encargos relativos à mão e obra empregada no contrato. Caso a fatura/ nota fiscal seja enviada fora do período mencionado, será solicitado o cancelamento e reemissão de acordo com o período estipulado pela Fundação.

22. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE

22.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

23. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

23.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b)** não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

23.1.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do item 23.1 será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

23.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a)** por razão de interesse público; ou
- b)** a pedido do fornecedor.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

24.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, com a conseqüente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b)** multas previstas em edital e no contrato.

24.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- a)** retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;
- b)** não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- c)** falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- d)** fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- e)** comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de

documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

24.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

24.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

24.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 24.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

24.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, nesta qualidade, em relação às respectivas contratações.

24.4.1 Cabe ao ÓRGÃO GERENCIADOR aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

24.5 As sanções previstas na alínea b do item 24.1 e nas alíneas a e b, do item 24.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

24.5.1 As sanções previstas na alínea a do item 24.1 e na alínea c, do item 24.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

24.6 As multas administrativas, previstas na alínea b do item 24.1 e na alínea b, do item 24.2:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

24.7 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, prevista na alínea c, do item 24.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

24.8 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 24.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

24.8.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

24.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

24.10 Se o valor das multas previstas na alínea b do item 24.1, na alínea b, do item 24.2 e no item 24.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

24.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

24.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

24.12.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

24.12.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

24.12.3 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 24.1 e nas alíneas a, b e c, do item 24.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 24.2.

24.12.4 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

24.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

24.14 As penalidades previstas nos itens 24.1 e 24.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

24.14.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

24.15 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Cadastro de Fornecedores do Município.

24.15.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o setor competente, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 24.1 e nas alíneas c e d do item 24.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

24.15.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 24.15.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

25. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

25.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

25.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

25.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme o caso.

26. GARANTIA

26.1 Não haverá exigência de garantia contratual para a execução das eventuais aquisições. Apesar da garantia contratual ter como finalidade assegurar a plena execução da contratação e evitar prejuízos ao erário, esta Fundação se utiliza de sua discricionariedade e não exigirá garantia de execução, com base no art. 56 da Lei nº. 8666/93, por se tratar de aquisição de caráter eventual, o que poderá encarecer o registro em ata, já que não há a obrigatoriedade da compra total dos itens. Contudo, a dispensa da garantia contratual não desobriga a(s) contratada(s) de apresentarem as garantias dos itens e suas especificações de acordo com o Termo de Referência.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

27.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

27.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

27.4 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

27.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

27.6 O foro da Comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

27.7 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, a ata de registro de preços poderá ser rescindida sem prejuízo da aplicação da multa.

27.8 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Planilha Orçamentária

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo IV - Modelo de Proposta de Preço

Anexo V - Modelo de Declaração de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais

Anexo VI - Modelo de Declaração de Optante pelo Simples

Niterói, 10 de outubro de 2023.

Autorizo:

Orlando da Silva Pavan Junior
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

Ratifico:

Pedro Gilberto Alves de Lima
Diretor Geral
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº.048/2023

AQUISIÇÃO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS CONSULTÓRIOS EM REFORMA DOS MÓDULOS DO MÉDICO DE FAMÍLIA, DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, SOB A GESTÃO DA FESAÚDE.

1. OBJETO

Aquisição de equipamentos odontológicos, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos em reforma dos Módulos de Médico de Família do Município de Niterói, sob a gestão da FeSaúde.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Fundação Estatal de Saúde (FeSaúde), instituída pelo Município de Niterói, conforme autorização prevista na Lei Municipal nº 3.133 de 13 de abril de 2015, como uma fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, tem como finalidade desenvolver ações e serviços do cuidado em saúde, nas unidades sob sua gestão, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2. O estabelecimento dos Módulos Médico de Família (MMFs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma experiência pioneira no Brasil, hoje já bastante consolidada, de assistência integral à saúde das populações de áreas faveladas, definidas como de risco para a saúde. Seu princípio básico é oferecer serviços de saúde através de equipes exclusivamente alocadas a pequenos grupos de famílias em cada comunidade. Cada família é atendida sempre pela mesma equipe profissional, responsável por seu setor. Essa equipe pode, então, desenvolver relações diretas com as pessoas que estão aos seus cuidados. Por sua inserção no ambiente, pode desenvolver um grande conhecimento de todas as situações que envolvem os moradores, conhecer efetivamente cada um deles moradores e acompanhar a evolução da saúde de toda a família, realizando principalmente ações preventivas. A ênfase na qualidade do atendimento, e não na quantidade, é possibilitada pela realização do trabalho de saúde preventiva.

2.3. Assim sendo, com o intuito de proporcionar assistência integral e continuada à população adscrita, facilitando-lhe acesso a todos os recursos para acompanhamento da saúde, dos indivíduos e da coletividade e dar mais aparato para a população niteroiense, esta Fundação realizará a gestão e a manutenção das unidades. Além de planejar a longo prazo e ganhar em escala, a FeSaúde realizará as eventuais aquisições pelo Sistema de Registro de Preços, possibilitando, também, a substituição dos itens que hoje já atendem os MMFs.

2.4. Nesse sentido, para que se consolide os Módulos coerentes com os princípios do SUS, não basta implantar e implementar os serviços em suas unidades, mas também prover os locais com materiais, insumos, mobiliários e equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, garantindo as devidas condições para a execução das atividades previstas para cada estabelecimento de saúde.


2.5. Tendo em vista a necessidade premente da FeSaúde de dar continuidade as atividades, em atendimento ao art. 37 da Constituição Federal, o qual bem versa sobre o princípio vinculante da eficiência da administração pública, os equipamentos aqui listados são ferramentas de extrema importância para qualquer consultório odontológico, visto que são destinados ao adequado funcionamento dos consultórios, em benefício à população niteroiense. As aquisições buscam suprir, com celeridade, as necessidades das unidades de saúde que estão sob a gestão da FeSaúde, com qualidade e economia para o desenvolvimento de suas atividades funcionais.

2.6. Também justifica a pretensa aquisição com a implantação pela Fundação de um processo de gestão de manutenção regular e preventiva dos equipamentos que influenciará na duração do tempo de vida útil estimada.

2.7. Sendo assim, o procedimento seguirá os parâmetros da Lei Federal s nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decretos Municipais nº 9.614/05 e 10.005/06, alterado pelo Decreto nº 11.117/12, a FeSaúde tenta buscar a maior economicidade possível na aquisição por meio de Pregão Eletrônico, e opta pelo Sistema de Registro de Preços, onde deverá ser selecionado fornecedor com a menor preço/menor desconto para atendimento das eventuais demandas.




3. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS




3.1. Para efeito de proposta, o fornecedor deverá apresentar planilha detalhada de composição de preços, tendo como parâmetro os modelos descritos abaixo:

Item	Imagem Ilustrativa	Descrição	Qnt.	CATMA T	Valor Unit.	Valor Total
1		Autoclave, tipo vertical, capacidade aproximada para 100 litros, esterilizador a vapor de água saturada com remoção de ar por alto vácuo e gerador de vapor incorporado ao equipamento para esterilização de material médico-hospitalar. Revestimento externo construído em chapa de aço inoxidável, com acabamento escovado. Câmara interna com formato retangular, capacidade mínima de 100 litros e dimensões mínimas de 410 x 410 x 600mm (Ax Lx P), feita em chapa de aço inoxidável AISI 316L, ou superior, com espessura mínima de 4,7mm e acabamento polido sanitário. Dimensões externas 150 x 830 x 990mm (Ax Lx P). A câmara deverá conter um único dreno de descarga localizado a não mais de 300mm da borda da porta do esterilizador e entrada para sensores de validação com diâmetro de 01 (uma)	09	434772		

	<p>polegada e flange BSP. Câmara externa em aço inoxidável AISI 304, ou superior, com espessura mínima de 4,7mm. Isolamento térmico por manta mineral de lã de rocha revestida com chapa de alumínio para baixa dissipação de calor ao ambiente entre as câmaras. Tubulações ou conexões sob o revestimento de isolamento térmico em aço inoxidável; Base em aço carbono com tratamento anti-corrosivo/anti-oxidante, com pintura eletrostática e pés reguláveis que permitam a inclinação e o nivelamento do equipamento; porta de abertura e fechamento por sistema de volante central termoisolante, que movimentem uniformemente os braços concêntricos em direção aos orifícios na flange; A porta e a câmara deverão ser vedadas por guarnição de silicone localizada na borda da câmara de esterilização, não necessitando ser pressurizada por vapor ou ar comprimido. Construída em aço inoxidável, com acabamento polido sanitário. Controlador lógico programável, microprocessado, com no mínimo treze ciclos pré-programados de fábrica; painel e comando da autoclave gerenciados com as seguintes características mínimas: (1) Botão liga/desliga; (2) Display alfanumérico com membrana protetora para visualização, retroiluminado, que indique as mensagens de fases, processo, erro e dos parâmetros do ciclo; (3) Os ciclos mínimos pré-configurados deverão ser: (a) ciclo para esterilização de pacotes de tecidos; (b) ciclo para borrachas/silicones; (c) ciclo para luvas; (d) ciclo para vidrarias; (e) ciclo para instrumental embalado; (f) ciclo flash para instrumental desembalado; (g) ciclo para líquidos; (h) ciclo para termo-resistentes; (i) ciclo para prions; (j) ciclo flash; (l) ciclo para testes de vácuo; (m) ciclo para teste bowie & dick; (n) teste de estanqueidade (leak test); (o) mínimo de 03 (três) ciclos abertos para programação pelo usuário/operador; Programações: (1) Temperatura de esterilização na faixa de 100° a 134°C; (2) Tempo de esterilização de 00 a 99 minutos; (3) Tempo de secagem de 00 a 99 minutos; (4) Senha para programação de parâmetros; (5) Impossibilidade de alteração dos parâmetros após o ciclo iniciado; (6) Impossibilidade de início do ciclo caso as portas estejam abertas; (7) Leitura digital da temperatura na câmara interna; (8) Leitura digital da pressão das câmaras interna e externa; (9) Leitura digital do tempo de esterilização; (10) Leitura digital do tempo de secagem; (11) Teclas para visualização de parâmetros e seleção de ciclo; (12) Tecla para início de ciclo; (13) Teclado alfa numérico para seleção e programação dos parâmetros dos ciclos; (14) Controle das pressões das câmaras internas e externas através de transdutores de pressão com indicações dos valores no display; (15) Controle da temperatura da câmara interna através de sensor Pt-100 classe A com indicação do valor na tela;</p>				
--	---	--	--	--	--

		<p>(16) Interrupção da contagem do tempo de esterilização caso a temperatura da câmara interna fique abaixo da programada. Acontagem deve ser retomada após a elevação da temperatura até o valor programado; (17) No início do ciclo devem ser impressos a data, hora, número do ciclo, código da carga (definido pelo cliente), código do ciclo selecionado e parâmetros do ciclo selecionado, por impressora acoplada no painel de carga do equipamento; (18) Entrada de ar para quebra de vácuo através de filtro de 0,22µm substituível; (19) Bomba de vácuo de simples estágio com potência mínima de 1/4 HP; Segurança: (1) Válvula de segurança ajustada e lacrada em 3 Kgf/cm² e com dispositivo para verificação de funcionamento na câmara interna e gerador de vapor; (2) Manômetro para acompanhamento da pressão da câmara; (3) Manovacuômetro para acompanhamento da pressão negativa da câmara; (4) Acionamento de alarme sonoro caso a temperatura da câmara interna exceda em 3°C a temperatura programada. Se a temperatura exceder em mais de 3°C do valor programado, o ciclo deverá ser abortado ou cancelado; (5) Impossibilidade do início do ciclo ou entrada de vapor na câmara interna caso a(s) porta(s) não esteja(m) completamente fechada(s); (6) Impossibilidade de abertura da(s) porta(s) durante o ciclo ou quando a câmara interna esteja com uma pressão superior a 2 0,1Kgf/cm ; (7) Caso haja queda de energia o equipamento deverá despressurizar a câmara interna; (8) Impossibilidade de entrar em uma nova fase do ciclo caso a anterior não tenha sido concluída; Especificação Técnica – Autoclave 131 (9) Sinalização ao operador caso haja demora excessiva no alcance de algum parâmetro programado no ciclo; (10) Bloqueio no funcionamento do equipamento caso haja detecção de queda de pressão no fornecimento de vapor ou no fornecimento de água para a bomba de vácuo; (11) Caso haja alguma falha durante o processo de esterilização o ciclo deverá ser abortado com indicação no visor e impressão da(s) causa(s) da provável falha. Gerador de vapor: Potência máxima de 9KW; construído em aço inoxidável AISI 304, ou superior; tubulação construída em aço inoxidável para 2 evitar contaminantes; fornecimento de vapor saturado com suficiente entre 2,0 a 3,0Kgf/cm ; sistema de controle de nível de água automático, válvula solenóide para alimentação automática de água, bomba para alimentação de água com capacidade de fornecimento com câmara de geração pressurizada, válvula de segurança com dispositivo para verificação de funcionamento, pressostato ajustável para controle automático da pressão de trabalho. Alimentação elétrica: Tensão de trabalho 220 volts (trifásico) Acessórios: (1) Cestos em quantidade suficiente para o carro interno de carga, construído em aço inoxidável</p>				
--	--	---	--	--	--	--

		<p>AISI 316L com acabamento eletropolido; (2) 01 (uma) Impressora acoplada ao painel de comando (Especificação na descrição do comando); (3) 01 (um) Sistema Purificador de Água por Osmose Reversa com, no mínimo, as especificações abaixo relacionadas: (4) Produção de água purificada compatível com o consumo da autoclave de no mínimo 32 l/h de vazão; (5) Pré-filtro para sedimentos; (6) Filtro de carvão ativado; (7) Membrana(s) de osmose reversa; (8) Pós-filtro; (9) Sistema automático de funcionamento; (10) Sistema automático de proteção contra falta de água; (11) 01 (um) Reservatório de no mínimo 100 litros para água purificada. (12) Rejeição de pelo menos 97% de sais dissolvidos na água a 25 graus centígrados. Especificações em conformidade com a Norma Brasileira NBR-11.816:2003 – Esterilização – Esterilizadores a vapor com vácuo, para produtos de saúde. Garantia: 12 meses. Registro INMETRO</p>				
2		<p>Autoclave de bancada com capacidade de 21 litros. Para utilização em consultórios médicos, odontológicos, que utilize o vapor saturado sob pressão para esterilizar artigos e instrumentos termorresistentes. Que ofereça segurança, eliminando microrganismos, incluindo vírus e bactérias. deve ser bivolt automático - 127/220V, que permite ser utilizado em redes elétricas com variações entre 95 até 254V. Deve possuir interface digital. Sua desaeração e despressurização devem ser automáticas, garantindo maior segurança. Tampa e câmara em aço inox, que facilite a limpeza. Deve apresentar alta performance, e oferecer resistência e durabilidade, além de apresentar tecnologia de proteção e sistemas de segurança que atendam às normas nacionais e internacionais. Dimensões externas mínimas da autoclave: 38 x 38 x 59 cm (L x A x P). Dimensões mínimas da câmara: 24,6 x 45,2 cm (D x P). Peso Bruto: 25,5 kg. Frequência: 50/60 Hz. Garantia: 12 meses. Registro INMETRO</p>	27	479193		
3		<p>Destilador de Água - Potência: 750W - Produção: 1000 ml/hora - Capacidade máxima: 4 litros - Temperatura: 160°C - Voltagem: 127V ou Bivolt - Dimensões do produto: 230 x 230 x 390 mm (C x L x A). Garantia: 12 meses.</p>	42	452823		
4		<p>Seladora: Seladora com acionamento por pedal, bandeja com regulagem de altura para apoio e selagem de embalagens de papel grau cirúrgico e filme Bopp; Painel digital com controle de temperatura até 300°C. Controle eletrônico do tempo de selagem com alarme sonoro. Permite selar bobinas com até 35 cm de largura. Espessura de selagem de 13 mm. Desenvolvida para atender diversos segmentos: hospitais, clínicas, consultórios odontológicos. Acionamento por pedal; selam embalagens de até 350 mm de largura; Solda de 13 mm de espessura; Controle eletrônico do tempo de</p>	27	463139		

		selagem com alarme sonoro; Controle eletrônico da temperatura, ajustável até 300°C; seladora compacta e de fácil operação; CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Dimensões (L x P x A): 320 mm x 380 mm x 940mm Largura da Solda: 13mm Procedência: Brasil Potência: 280 Watts. Temperatura: Ajustável até 300°C Voltagem: 110 V - 60 Hz com Temporizador. Garantia: 12 meses.				
5		Fotopolimerizador :Tipo de segurança: Classe II, Tipo B. - Sem proteção contra penetração de água: IPX0. - Consumo de força: 20 VA. - Temperatura: 5 ~ 40°C. - Umidade Relativa: ≤ 80 %. - Potência de luz: 1500 mW/cm ² - Voltagem: bivolt automático. Garantia: 12 meses.	42	416252		
6		Ultrassom indicado para procedimentos clínicos gerais e várias especializações: Ortodontia, Endodontia, Dentística, Prótese, Odontopediatria e Cirurgia. Ajuste de potência ultrassônica digital e gradual, garantindo precisão e eficiência aos procedimentos clínicos. Teclado de superfície com separação de funções digital. Bico profilático ergonômico, facilitando o acesso aos dentes posteriores. Sistema de acoplamento anti-entupimento, partes internas patenteadas. Bico removível e autoclavável. 100% metálico para maior durabilidade da peça, descartando a necessidade de mangueira (bicarbonato) na extremidade. Capa do transdutor removível e autoclavável. Chave de inserto com torquímetro, garantindo maior segurança no acoplamento dos insertos metálicos. Frequência do transdutor (ultrassom): 29 - 33 KHz; -Pedal de acionamento único. Tensão de trabalho 12vDC alimentado por fonte Bivolt 127/220 externa. Acompanha as pontas/insertos G1, G2 e G4 e chave de inserção/remoção. Garantia: 12 meses.	42	416620		
7		Bandeja de Coluna para Equipamentos Odontológicos - Produto auxiliar destinado a acomodar os periféricos utilizados pelos profissionais da área da saúde. Ajuste fácil em várias posições, não permitindo movimentos giratórios, pois está fixa na coluna. Especificações técnicas: Ajuste fácil em várias posições, não permitindo movimentos giratórios, pois está fixa na coluna. Agiliza o acesso a itens auxiliares e suporta 11kg. Área útil 30 x 24 cm e não danifica a pintura da coluna. Bordas salientes para retenção de líquidos para colunas com diâmetros:38,10mmx50,80mm. <u>Itens Inclusos:1 Bandeja de Coluna fixa para Equipamentos Odontológicos.</u>	42	418427		

3.2. **A Empresa deverá apresentar catálogo que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.**

3.3. **Todos os equipamentos deverão conter garantia de 12 (doze) meses, a contar da Ordem de Compra.**

- 3.4. Todas as medidas referentes às dimensões são estimativas, podendo o fornecedor oferecer um produto de dimensão aproximada à referida, respeitando o tamanho ou capacidade mínima.
- 3.5. Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos, frete (CIF/Niterói-RJ), benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes a execução contratual.
- 3.6. Considerando o regime de Sistema de Registro de Preços, as quantidades constituem mera estimativa, não constituindo, em hipótese alguma, compromissos futuros para a FeSaúde, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.
- 3.7. Os itens devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao material e umidade; sem inadequação de conteúdo.
- 3.8. Os materiais serão entregues em um dos endereços correspondentes ao MMF, todos no Município de Niterói, que precisará ser informado à fornecedora em prazo não inferior a 48h da data prevista para a entrega.
- 3.9. A FeSaúde encaminhará Ordem de Compra simplificada assinada pela Autoridade Competente, juntamente com a descrição do item a ser entregue pela empresa contratada através de e-mail, faz ou outro meio idôneo e eficaz de comunicação.
- 3.10. **A CONTRATADA deverá realizar a entrega em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Compra assinada pela Autoridade Competente.**
- 3.11. **Os itens deverão ser entregues nos endereços especificados na Ordem de Compra, sendo todos no Município de Niterói/RJ.**
- 3.12. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente por servidor competente designado na Ordem de Compra, não implicando na aceitação dos mesmos.
- 3.13. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando o contratado obrigado a substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
- 3.14. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeito após testes realizados na fase de entrega não impedirão a realização de testes futuros, quando houver suspeita de que o produto seja falsificado.

- 3.15. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.
- 3.16. Eventual desistência da contratada após a assinatura da Ordem de Compra, ou mesmo após sua expressa manifestação neste sentido, sujeitará ao licitante as devidas aplicações de penalidades.
- 3.17. A nota fiscal/fatura deverá indicar os dados bancários da Contratada, para fins de depósito dos pagamentos devidos.
- 3.18. No caso de as notas fiscais serem emitidas e entregues ao Contratante em data posterior à indicada na condição acima, será imputado ao fornecedor o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.
- 3.19. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação/entrega qualquer obrigação financeira e/ou documentação comprobatória, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 3.20. O Contratante somente efetuará o pagamento após a atestação da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato ou outro representante expressamente designado para esse fim, após execução do serviço/entrega dos itens em conformidade com as especificações do Termo de Referência.
- 3.21. O fornecedor poderá ser instado a apresentar catálogo ou foto dos produtos cotados, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto deste Termo de Referência

4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Niterói.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1. A conta corrente para pagamento deverá ser da mesma instituição financeira contratada pelo Contratante. Caso seja interesse da Contratada, o pagamento poderá ser feito mediante boleto bancário ou crédito em conta corrente de outra instituição financeira, desde que eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais sejam suportados exclusivamente pela CONTRATADA.
- 5.2. O pagamento será efetuado no valor correspondente itens entregues e nos valores consignados na proposta comercial da Contratada.
- 5.3. Pelo fornecimento do objeto, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da nota fiscal com a informação do número do Contrato com a FeSaúde, quando houver, e dados bancários, devidamente protocolada, acompanhada do Atestado de Recebimento emitido pela Fundação Estatal de Saúde, dentro do prazo legal.

- 5.4. A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento definitivo do objeto ora contratado.
- 5.5. O pagamento será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do adimplemento da prestação do serviço/entrega dos itens adquiridos.
- 5.6. Considera-se adimplida a prestação do serviço/entrega dos itens em pauta, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.
- 5.7. Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal eletrônica de serviços por culpa da CONTRATADA, o prazo de 10 (dez) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 5.8. Correm por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, entre outros decorrentes da execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações.
- 6.2. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 6.3. Exercer a fiscalização da execução do Contrato por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.
- 6.4. Proporcionar os recursos indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive as instalações físicas para a capacitação e para as reuniões.
- 6.5. Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.
- 6.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida.
- 6.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.
- 6.8. Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 6.9. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.10. Solicitar a substituição/reparação do objeto do Contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.11. Verificar regularmente os preços praticados pela Contratada, de forma a obter um histórico para fins de avaliação quanto à oportunidade e à conveniência da manutenção do(s) Contrato(s) existente(s), e assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de modo a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para a FeSaúde.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando sempre o bom desempenho dos serviços prestados e atendendo aos seus critérios de qualidade.

7.2. Confirmar imediatamente ao gestor/fiscal do contrato, por meio de e-mail, fax ou outro meio idôneo e eficaz de comunicação, o recebimento do material a ser publicado no jornal;

7.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

7.4. Atender prontamente as solicitações do gestor/fiscal do Contrato ou seu substituto referente à execução contratual;

7.5. Comunicar ao gestor/fiscal do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.6. Solicitar, em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais;

7.7. Indicar formalmente, quando da assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos neste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente, sem implicar em ônus para o contratante, constando o nome completo do preposto, número de CPF, número de documento de identidade, números dos telefones e e-mails para contatos;

7.8. Atender, por meio de preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos fiscais do Contrato, prestando as informações referentes à prestação do serviço/entrega dos itens adquiridos, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.

7.9. Acatar a fiscalização da FeSaúde, comunicando-a de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

- 7.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse da FeSaúde, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.
- 7.11. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto desta contratação sem o consentimento, por escrito, da FeSaúde.
- 7.12. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato.
- 7.13. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.
- 7.14. Executar o objeto do Contrato por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários que no desempenho de suas funções causem à FeSaúde, podendo este solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente.
- 7.15. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desta contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.
- 7.16. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a FeSaúde.
- 7.17. Indicar seu representante junto à FeSaúde, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução do Contrato.
- 7.18. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.19. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do Contrato e cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

8. GARANTIA CONTRATUAL

- 8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

8.2. Apesar da garantia contratual ter como finalidade assegurar a plena execução do contrato e evitar prejuízos ao erário, este órgão se utilizando de sua discricionariedade não exigirá garantia de execução, com base no art.º 56 da Lei nº 8.666/93, por se tratar de aquisição via Registro de Preços com fornecimento de acordo com a necessidade do órgão.

9. SIGILO E INVIOABILIDADE

9.1. A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possam ter acesso, durante os procedimentos de execução dos serviços/entrega dos itens adquiridos.

10. SUSTENTABILIDADE

10.1. A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, bem como do Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo responsável ora subscrevente.

Niterói, 24 de agosto de 2023

Angelo José de Almeida Barros
Supervisor de Engenharia Clínica- GLOG
Diretoria de Administração e Finanças (DAF)
Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)

APÊNDICE ÚNICO

Relação do quantitativo a ser adquirido, de acordo com o número de consultórios.

ITEM	UNIDADE	STATUS OBRA/REFORMA	CONSULTÓRIOS
1	BALDEADOR	CONCLUÍDO	1
2	ITITIOCA	CONCLUÍDO	1
3	MARAVISTA	EM ANDAMENTO	1
4	PONTA D'AREIA	EM ANDAMENTO	2
5	BADU	EM ANDAMENTO	1
6	BERNARDINO	EM ANDAMENTO	1
7	PALÁCIO	EM ANDAMENTO	1
8	VILA IPIRANGA	EM ANDAMENTO	1
9	ENGENHO DO MATO	EM ANDAMENTO	1
10	LEOPOLDINA	EM ANDAMENTO	1
11	NOVA BRASÍLIA	EM ANDAMENTO	1
12	ILHA DA CONCEIÇÃO	EM ANDAMENTO	1
13	SOUZA SOARES	EM ANDAMENTO	1
14	CARAMUJO	EM ANDAMENTO	2
TOTAL			16

ITENS	MMF ILHA DA CONCEIÇÃO	MMF PONTA D'AREIA	MMF PALÁCIO	MMF SOUZA SOARES	MMF PREVENTÓRIO	MMF ENGENHO DO MATO	MMF MARAVISTA	MMF TITTOCA	MMF BADÚ	MMF CARAMUJO	MMF BERNARDINO	MMF BALDEADOR	MMF VILA PIRANGA	MMF NOVA BRASÍLIA	MMF LEOPOLDINA	TOTAL 15 UNIDADES OBRAS
Autoclave vertical	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	9
Autoclave de bancada	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023
ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

N.º	Especificações	Unidade de Medida	Qtd	Valor Máximo Estimado	
				Unitária	Total
1	AUTOCLAVE, TIPO VERTICAL. Conforme solicitado no TR.	Unid.	09	R\$22.183,72	R\$199.653,48
2	AUTOCLAVE DE BANCADA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	27	R\$ 7.240,13	R\$195.483,51
3	DESTILADOR DE ÁGUA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42	R\$ 1.625,43	R\$ 68.268,06
4	SELADORA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	27	R\$ 2.716,26	R\$ 73.339,02
5	FOTOPOLIMERIZADOR. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42	R\$1.080,87	R\$45.396,54
6	ULTRASSOM. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42	R\$ 4.114,86	R\$172.824,12
7	BANDEJA DE COLUNA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42	R\$ 587,79	R\$24.687,18
Total					R\$ 779.651,91

PREGÃO ELETRÔNICO N° 35/2023

ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2023

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI**, com sede na Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 34.906.284/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, Sr. Pedro Gilberto Alves de Lima, inscrita no CPF sob o n.º 065.667.998-00, nomeado(a) pela Portaria n° de de de 2023, publicada no de de de, portador da matrícula funcional n°, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n° xx/2023, publicada no de/...../2023, processo administrativo n.º 990.00.24326/2023 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos Decretos Municipais n.º 9624/2005, n.º 10.005/2006, n.º 11.117/2012 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual, **aquisição de equipamentos odontológicos para adequação das salas de Saúde Bucal dos Módulos Médico de Família (MMF), que estão sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão n° 35/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a contar da data de publicação do seu extrato no diário oficial do Município de Niterói, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

8.5. Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, a ata de registro de preços poderá ser rescindida sem prejuízo da aplicação da multa.

9. DA PUBLICAÇÃO

9.1. A publicação dos preços registrados será efetuada no Diário Oficial do Município, trimestralmente, em cumprimento ao disposto no art. 15, §2º da Lei 8666/93.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito desde já o foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro por privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

10.2. Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, a ata de registro de preços poderá ser rescindida sem prejuízo da aplicação da multa.

Local e data

PEDRO GILBERTO ALVES DE LIMA
Diretor Geral – FeSaúde

ORLANDO DA SILVA PAVAN JUNIOR
Diretor de Administração e Finanças - FeSaúde

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHA
Nome: CPF:

TESTEMUNHA
Nome: CPF:

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023

ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:		CNPJ:	
Inscrição Municipal e/ou Estadual:			
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:		Estado:	
Telefone:			
E-mail:			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD TOTAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	AUTOCLAVE, TIPO VERTICAL. Conforme solicitado no TR.	Unid.	09			
2	AUTOCLAVE DE BANCADA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	27			
3	DESTILADOR DE ÁGUA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42			
4	SELADORA. Conforme solicitado no TR.	Unid.	27			
5	FOTOPOLIMERIZADOR. Conforme solicitado no TR.	Unid.	42			
6	ULTRASSOM . Conforme solicitado no TR.	Unid.	42			
7	BANDEJA DE COLUNA . Conforme solicitado no TR.	Unid.	42			
VALOR TOTAL:						
VALOR TOTAL POR EXTENSO:						

Optante pelo Simples Nacional

Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS

Local e data

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico FeSaúde n.º

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada no _____ (endereço completo), declara, sob as penas do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr. Pregoeiro

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA a FeSaúde, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Confins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

10/10/2023 16:01:24

Pedido de Cotação Eletrônica



Este Aviso de Licitação será Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 11/10/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

95320 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UASG Responsável

927827 - FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00035/2023

Característica

Registro de Preço (SRP)

Forma de Realização

Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da IRP

00016/2023

Lei

Lei nº 10.520/2002

Nº do Processo

990.00.24326/2023

Tipo de Licitação

Menor Preço

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Validade da Ata SRP

12 mes(es)

 Equalização de ICMS Internacional

Quantidade de Itens

7

Objeto

Aquisição de equipamento odontológicos, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos dos módulos do médico de família, do município de Niterói

Data da Divulgação

11/10/2023

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 11/10/2023 às 10:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 26/10/2023 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Licitação

Ambiente: **PRODUÇÃO** **Gerar Relação de Itens** 10/10/2023 15:58:04

A Relação de Itens do Edital foi gerada.

Órgão

95320 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UASG Responsável

927827 - FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00035

* Ano da Licitação

2023

Objeto

Aquisição de equipamento odontológicos, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos dos módulos do médico de família, do município de Niterói

Itens da Licitação

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Tipo de Benefício	Critério de Valor	Grupo
1	Material	434772 - Autoclave	9	Unidade	-	Valor Estimado	-
2	Material	479193 - Autoclave	27	Unidade	-	Valor Estimado	-
3	Material	452823 - Destilador água	42	Unidade	Tipo I	Valor Estimado	-
4	Material	463139 - Seladora elétrica	27	Unidade	Tipo I	Valor Estimado	-
5	Material	416252 - Equipamento odontológico	42	Unidade	Tipo I	Valor Estimado	-
6	Material	416620 - Equipamento odontológico	42	Unidade	-	Valor Estimado	-
7	Material	418427 - Peças - equipamento odontológico	42	Unidade	Tipo I	Valor Estimado	-

7 registros encontrados, exibindo todos os registros.

[Gerar Relação de Itens](#)[Visualizar Relação de Itens](#)[Transferir Edital](#)



oitocentas); **VERBA:** Programa de Trabalho: 2543.10.303.0133.6160; Código de Despesa: 1.600.50; Fonte de Recurso: 33.90.39; Nota de Empenho: 285; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como o processo nº 200/724/2020; **ASSINATURA:** 17 de julho de 2023.
Omitido no D.O do dia 28/07/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 014/2020

PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI e ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AMPARO AOS CEGOS (AFAC); **PARTES QUE ASSINARAM O DOCUMENTO:** Anamaria Carvalho Schneider e Katia Castro Correa Pires; **OBJETO:** Alteração do Convênio nº 14/2020 para (i) acréscimo do valor nominal pactuado de forma a atender os novos custos de procedimentos definidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS, com base na Portaria GM/MS nº 4671/2022; (ii) alteração do Plano Operativo Assistencial, que é parte integrante deste Termo Aditivo, em decorrência (ii.1) da reprogramação da PPI de reabilitação física de Alta Complexidade para o Município de Niterói por meio da deliberação CIB/RJ nº 6819/2022 e (ii.2) da modificação de metas e procedimentos relacionados ao financiamento FAEC; **PRAZO:** Sem Alteração; **VALOR:** R\$ 3.112.162,68 (três milhões, cento e doze mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos); **VERBA:** Programa de Trabalho: 2543.10.303.0133.6160; Código de Despesa: 1.600.50; Fonte de Recurso: 33.90.39; Nota de Empenho: 286; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como o processo nº 200/724/2020; **ASSINATURA:** 17 de julho de 2023. **Omitido no D.O do dia 28/07/2023**

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

PORTARIA 182/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve destituir Priscila da Silva Matias Lucas da função de Supervisor de Serviço, a contar de 30 de setembro de 2023.

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 029/2023

A Fundação Municipal de Educação de Niterói torna público que será realizada Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico SRP, no dia 26 de Outubro de 2023, a partir das 10h30min, com início de disputa às 11h (horário de Brasília) através da plataforma Licitações-e (<http://www.licitacoes-e.com.br>) acessível através do nº **1023303**. O Pregão tem por objeto aquisição de **BALANÇA PLATAFORMA DIGITAL**, conforme especificações constantes do ANEXO I - Termo de Referência do Objeto, relativo ao Processo nº9900038918/2023. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites <http://www.licitacoes-e.com.br> e <http://www.educacao.niteroi.rj.gov.br>.

AVISO DE SEGUNDA SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

(Proc. 990.00.21425/2023)

A Pregoeira, junto a com a sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 142, de 08 de agosto de 2023, no uso das prerrogativas que lhes confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico n.º 033/2023, que objetiva a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, dedetização, desratização, descupinização e limpeza de reservatórios de água dos imóveis que estão sob gestão da FeSaúde, está **SUSPensa**, para análise e retificação do Edital, de acordo com o princípio da autotutela. Após serem realizadas as devidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo e-mail: licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023

(Proc. N.º 990.00.24326/2023)

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº **35/2023**, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço, pelo critério de julgamento de menor preço unitário, em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 26 de outubro de 2023, através do site www.gov.br/compras, objetivando a aquisição de equipamentos odontológicos, módulos do médico de família, do município de Niterói, conforme as especificações contidas no Termo de Referência e do instrumento convocatório, pelo prazo de 12 (doze) meses, relativo ao processo administrativo nº 990.00.24326/2023. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras, www.niteroi.rj.gov.br, e <https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br> - Licitações Fesaude.

EXTRATO Nº 086-2023 | 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 009-2019

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e Espólio de Antonieta Maria Espargoli; **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 009/2019, celebrado para locação do imóvel localizado na Travessa Santo Antônio, n.º 68, São Lourenço, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, para dar continuidade nas atividades do Serviço Residencial Terapêutico – RT São Lourenço; **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar do dia 06 de julho de 2023, com seu término em 06 de julho de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 60 (sessenta) meses; **Valor:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 55.062,00 (cinquenta e cinco mil e sessenta e dois reais) totalizando o valor de R\$ 258.444,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) para o contrato; **Verba:** código contábil: 4.01.01.07.01.0018 – Serviços de Locação; **Fundamento:** Lei 8.245/1991; **Data da Assinatura:** 10 de outubro de 2023.

EXTRATO Nº 087-2023 | 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 012-2018

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e José Orlando Fortunato e outra; **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 012/2018, celebrado para locação do imóvel localizado na Rua Fernandes Couto, 97, lote 114, fundos, São Francisco, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, para dar continuidade nas atividades da Unidade do Médico de Família do módulo Grota II; **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar do dia 14 de março de 2023, com seu término em 14 de março de 2024, dando-se ao contrato o prazo total de 72 (sessenta) meses; **Valor:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 50.380,32 (cinquenta mil, trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) totalizando o valor de R\$ 259.302,29 (duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e dois reais e vinte e nove centavos) para o contrato; **Verba:** código contábil: 4.01.01.07.01.0018 – Serviços de Locação; **Fundamento:** Lei 8.245/1991; **Data da Assinatura:** 25 de setembro de 2023.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

Homologação do Pregão Eletrônico nº 025/2023 Aprovo a proposta do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, homologando o Pregão Eletrônico nº 025/2023, cujo objeto é aquisição de **LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL**, para atender as demandas das Unidades Escolares da Fundação Municipal de Educação de Niterói, em favor da licitante **GLC ATACADOS DE SUPRIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 50.548.735/0001-22, vencedora da disputa com o valor de **R\$ 64.876,08** (sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e oito centavos). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho nº 20.43.12.306.0135-4072, Código de Despesa nº 44.90.52, Fonte 1.573.00. Processo Administrativo: 9900034299/2023.

HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO – MROSC Nº01/2023

Aprovo a proposta da Comissão Especial de Seleção da Secretária Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, adjudicando e homologando o CHAMAMENTO PÚBLICO – MROSC Nº01/2023 que tem por objeto a celebração de parceria com uma Organização de Sociedade Civil (OSC) especializada na prestação de serviços de gestão e operacionalização dos JOGOS ESCOLARES DE NITERÓI 2023 – JEN, à instituição: INSTITUTO VIVA MAIS & MELHOR CNPJ: 01412689/0001-24, no valor GLOBAL de R\$2.392.502,00 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil e quinhentos e dois reais). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho nº20.43.12.368.0135.6045, Código de Despesa nº 33390-39, Fonte: 2.550.50/1.550.50. Processo nº9900027188/2023.

EXTRATO DA ATA SRP DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de SRP. nº **019/2023**, Objeto: **AQUISIÇÃO DE LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UES DA FME**. Processo Administrativo nº **9900034299/2023**, Modalidade de licitação **Pregão Eletrônico nº 025/2023 – SRP nº 019/2023**, Total de Fornecedores registrados: **01 (um)**, **GLC ATACADOS DE SUPRIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 50.548.735/0001-22, vencedora da disputa com o valor total de **R\$ 64.876,08** (sessenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e oito centavos). A vigência da Ata será de **12 (doze)** meses a partir da data de sua publicação.

CORRIGENDA: Na publicação, veiculada no Jornal "A Tribuna" em 30/09/2023, onde se lê: "...EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 07/2023 PROCESSO: 210002630/2020. INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 07/2023 ao Contrato nº 034/2023. PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e, do outro lado, a DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.540.992/0001-51. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquina de copiadora/multifuncionais. PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 02/10/2023. VALOR: Sem alteração de valor. FUNDAMENTO: art. 57, II da Lei 8666/93. DATA DE ASSINATURA: 29/09/2023; leia-se: "EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 034/2023, PROCESSO: 210/2630/2020. INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 034/2023 ao Contrato nº 039/2020. PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e, do outro lado, a DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADA LTDA,

● **COM A VENDA DA CEDAE...**

Estão jorrando obras

Belford Roxo terá investimentos de mais de R\$ 330 milhões até 2025

Desde a venda da Cedae em 2021, Belford Roxo vem experimentando os primeiros benefícios dos investimentos em sua infraestrutura. Com quase 600 mil habitantes, o município recebeu R\$ 270 milhões do leilão. Esses recursos foram direcionados para obras nas áreas de saúde, de saneamento e de abastecimento.

Uma das primeiras foi no bairro Jardim Gláucia: a pavimentação de ruas, que benefi-

ciará quase mil famílias. A obra deve terminar no fim do ano.

Para a modernização dos hospitais Geral e Municipal, foram destinados R\$ 48 milhões e R\$ 4,8 milhões, respectivamente. As verbas foram obtidas por meio da atuação dos deputados estaduais Márcio Canella (União Brasil) e Dr. Deodalto (PL).

Belford Roxo ainda receberá mais R\$ 67 milhões adicionais em 2025, totalizando quase R\$ 336 milhões em investimentos.



DIVULGAÇÃO

Saneamento é uma das áreas beneficiadas pelos recursos do leilão

● **DESCANSE EM PAZ!**

REPRODUÇÃO / REDES SOCIAIS



Bispo de Caxias tinha 88 anos

Despedida para Dom Mauro

O corpo do bispo emérito de Duque de Caxias Dom Mauro Morelli foi sepultado ontem à tarde na Catedral de Santo Antônio, no Centro do município. Primeiro bispo da diocese da cidade, ele morreu aos 88 anos, na madrugada de segunda-feira, com complicações causadas pela idade avançada.

A cerimônia teve a presença de cerca de 400 pessoas. Muito emocionadas, as sobrinhas e a irmã do religioso, Tereza Morelli, foram as últimas a prestar homenagens a ele. No lugar de Dom Mauro, Dom Tarcísio dos Santos, que conduziu o enterro, assume como bispo de Caxias.

● **MODELO**

Morte foi acidental

O delegado Deoclécio Assis, da 5ª DP (Mem de Sá), anunciou ontem que concluiu as investigações a respeito da morte do modelo Suede de Oliveira Junior, que caiu de uma escada da boate Street Lapa, no Centro do Rio, em 8 de agosto. Segundo ele, Suede, de 44 anos, foi vítima de um acidente ao despenhar no vão da escada que liga o segundo ao primeiro andar da casa noturna. Como não houve crime, o caso foi encerrado e o inquérito será arquivado.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

AVISO DE SEGUNDA SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

(Proc. 990.00.21425/2023)

A Pregoeira, junto a com a sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 142, de 08 de agosto de 2023, no uso das prerrogativas que lhes confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico n.º 033/2023, que objetiva a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, dedetização, desratização, descupinização e limpeza de reservatórios de água dos imóveis que estão sob gestão da FeSaúde, está **SUSPENSA**, para análise e retificação do Edital, de acordo com o princípio da autotutela. Após serem realizadas as devidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame.

Informações pelo e-mail: licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br

● **NOVOS BUSÕES SÃO ENTREGUES**

BRT ecológico

Os primeiros 21 ônibus do BRT com a tecnologia sustentável Euro 6 foram entregues ontem, em evento na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca. Os veículos tem a capacidade de reduzir em até 80% a emissão de gases poluentes e serão utilizados nos corredores Transoeste e Transbrasil.

Com a aquisição, o Rio se torna a primeira cidade brasi-

leira a ter ônibus articulados compatíveis com a norma ambiental Proconve P-8.

Com menos gases, os veículos contribuem para a preservação do meio ambiente e da saúde pública. Foram comprados 337 articulados Euro 6. A previsão é que os demais sejam entregues gradualmente até o fim de maio de 2024.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2023

(Proc. N.º 990.00.24326/2023)

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 35/2023, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço, pelo critério de julgamento de menor preço unitário, em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 26 de outubro de 2023, através do site www.gov.br/compras, objetivando a aquisição de equipamentos odontológicos, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos dos módulos do médico de família, do município de Niterói, conforme as especificações contidas no Termo de Referência e do instrumento convocatório, pelo prazo de 12(doze) meses, relativo ao processo administrativo nº 990.00.24326/2023. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras, www.niteroi.rj.gov.br, e <https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br> - Licitações Fesaude.

Niterói, 10 de outubro de 2023.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 17725/2023

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 122/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de promoção, produção, organização e execução de feiras, congressos, exposições, festas, além de eventos culturais, inclusive para fins de publicidade, tais como, apresentações musicais, teatrais, danças, cerimônias, de artes plásticas, arte em grafite, pintura corporal, animação infantil, fóruns, palestras, reuniões de grupos de trabalho, fotografia, cinema, dentre outras atividades similares, ou de natureza institucional, técnica científica e cultural, com a participação e/ou promoção da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, no primeiro distrito (Centro de Araruama - Sede) e nos distritos de Morro Grande (2º), São Vicente de Paulo (3º), Praia Seca (4º) e Iguabinha (5º), compreendendo assim todo o território do Município de Araruama.

DATA DE ABERTURA: 25/10/2023
SECRETARIA REQUISITANTE: SETUR

Hora: 10h00min.

TIPO: MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais 8.666/93 e suas alterações, a Lei Municipal 1.546/09 Lei de Pregão nº 10520/2002.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta municipalidade, bem como na Comissão Permanente de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 - Centro - Araruama - a partir de 11/10/2023, mediante a apresentação do carimbo do CNPJ, a entrega de requerimento em papel timbrado com firma reconhecida do sócio administrador, credenciando a pessoa que fará a retirada, contrato social ou no requerimento da P. M. A., sendo o sócio administrador, e de 02 (duas) resmas de papel A-4, 500 folhas, que será entregue, na comissão de Licitação, no endereço supracitado.

Araruama, 10 de outubro de 2023.
CAIO BENITES RANGEL
PREGOIEIRO

 Recibo de Entrega de Edital TCE-RJ

Orgão: FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITEROI

Ato Enviado desde 11/10/2023 10:52. A operação de inserção de dados do edital foi registrada sob o Protocolo n.º 535421-6/2023.

Número do Edital:	PE n.º35/2023
Tipologia:	Outras compras
Modalidade:	Pregão eletrônico
Critério de Julgamento:	Menor preço p/Item
Objeto:	Registro de preços para a aquisição de equipamento odontológicos, para garantir o adequado funcionamento dos consultórios odontológicos dos módulos do médico de família, do município de Niterói, conforme as especificações contidas no Termo de Referência

11/10/2023 10:52